

Aborto: uma geração perdida por ano

Liane, empregada doméstica de 34 anos, um dia avisou à patroa que faltaria ao serviço para fazer seu quarto aborto. Mãe de oito filhos entre 6 e 20 anos, ela não tem meios para sustentar outros. Liane conhecia os perigos da "minioperação" — como é chamado o aborto nas clínicas — e se dizia preparada.

Sabia também que, minutos depois de colocar uma sonda no útero "com uma moça barateira", teria que gastar CZ\$ 5 mil para fazer a curetagem em alguma clínica clandestina perto de sua casa, em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, devido às hemorragias. O que Liane não sabia é que só voltaria ao trabalho dois meses depois, pois quase morreria em virtude do aborto malfeito.

Sônia Campos, médica gaúcha de 31 anos, já passou duas vezes pelo que chama de "a difícil situação" de fazer aborto. Embora tivesse condições de escolher uma das melhores clínicas clandestinas de Porto Alegre, viveu problemas gravíssimos. Segundo Sônia, o pior foi abortar o filho desejado porque o namorado não o queria ter.

— Eu não tinha condições de assumir um filho sozinho.

Liane e Sônia são apenas duas das cinco milhões de brasileiras que abortam todos os anos, segundo estudo recente da Organização Mundial da Saúde. Em contrapartida, os nascimentos se limitam a 2,6 milhões, de acordo com o IBGE. São 13.698 abortos por dia, 570 por hora, 9,5 por minuto. Para cada gravidez que se completa no País, duas são interrompidas voluntariamente por abortos praticados com ou sem assistência profissional, de graça ou a peso de ouro, por médicos, enfermeiras ou "curiosos". Pessoas com parcos conhecimentos de enfermagem que provocam a expulsão do embrião aplicando no útero sondas, agulhas, arames e talos de vegetais (como couve e mamona).

Este problema, que atinge mulheres de todas as camadas sociais, confere ao Brasil o título de campeão mundial de abortos. Aqui, de acordo com a OMS, são praticados dez por cento dos abortamentos do Mundo (cerca de 54 milhões).

Proibido por lei e, em consequência, considerado crime, o aborto é uma das principais causas de morte entre as mulheres: 400 mil morrem anualmente em consequência de abortos malfeitos. Segundo o Diretor da maternidade do Hospital Presidente Vargas, em Porto Alegre, Ivo Behle, o índice de mortalidade é mais alto entre mulheres das classes mais pobres, que não têm como pagar clínicas especializadas.

Os números do aborto no Brasil são conflitantes. Extra-oficialmente, o Ministério da Saúde estima que são feitos quatro milhões anualmente. Segundo a economista Hildete Pereira de Melo, autora de uma das poucas pesquisas sobre abortamento no País, chegam a 12 milhões.

O levantamento de Hildete se sustenta em 1,7 milhão de registros de internações de mulheres em trabalho de abortamento em hospitais e clínicas conveniadas com o Inamps. Ela acrescenta que estes números não podem ser comprovados, pois apenas uma em cada quatro curetagens abortivas obriga à internação da mulher por permanência de restos ovulares no útero.

O Código Penal estabelece, nos artigos 124 e 128, penas de um a dez anos de prisão tanto para a paciente quanto para o autor do aborto. Hildete garante que a maioria das mulheres não sabe que aborto é crime.

— As pobres, principalmente, só sentem o problema religioso ou moral — afirma.

A Igreja Católica considera o aborto "um crime abominável" e, com a mesma veemência, condena qualquer método contraceptivo que não seja o natural. A pena é a excomunhão. A absolvição acontece apenas se houver arrependimento sincero e só pode ser dada por um bispo.

A obstetra Maria de Fátima Silvestre, que trabalha em várias maternidades de Florianópolis, conta que a teimosia em admitir que abortaram e o arrependimento dominam a maior parte das pacientes.

Helena, balana de 17 anos, se enquadra neste caso. Com problemas de consciência por ter recorrido a um aborto no quarto mês de gestação, sem contar seu problema a qualquer pessoa, a adolescente demorou a se decidir e teve que fazer uma curetagem urgente na Maternidade Tsylla Balbino, em Salvador, destinada a pessoas de baixa renda.

Nela foi utilizado o remédio Cytotec, do Laboratório Searle, para tratamento de úlcera gástrica, mas que, por via intravaginal, funciona como abortivo.

— Meus pais nem desconfiam que não sou virgem e meus amigos nada sabem sobre isto. Meu namorado é menor e nem tem trabalho. Estou tão magoada que acho que não voltarei a fazer isto. Além das dores que senti e do medo de morrer, estou sofrendo muito pela perda da criança.

Segundo Albertina Takeuchi, Coordenadora do Programa de Saúde do Adolescente da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, estes sentimentos fazem parte do que chama de "a síndrome do arrependimento tardio" e vão de um forte sentimento de culpa a uma autocobrança implacável.

— Assisti muitas mulheres que abortaram e foram parar em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs). Elas me diziam que guardavam um sentimento muito doído, que sabiam que morreriam. Algumas morreram, mas se negavam a admitir que haviam feito aborto.

Algumas clínicas de aborto na capital paulista chegam ao requinte de distribuir brindes como calcinhas e chapeiros com a inscrição "voite sempre", acrescenta Albertina.



Os métodos em uso e suas ameaças

O aborto é a interrupção da gravidez até 20 ou 22 semanas de gestação; depois disso seria um parto prematuro. O aborto espontâneo, como o nome indica, ocorre não por alguma intervenção sobre a gravidez, mas devido à insuficiência do útero em manter a gestação, deficiências hormonais, estresse intenso, uso de medicamentos ou condições insalubres de trabalho e traumas físicos decorrentes de agressões. Estas explicações são da médica sanitária Carmen Simone Grilo Diniz, que integra o Coletivo Feminista sobre Sexualidade, entidade que está pesquisando os métodos de aborto.

Segundo a médica, a aspiração é um dos métodos mais usados e de tecnologia bem simplificada, de modo a reduzir traumas físicos e psicológicos. Numa seringa é colocada uma cânula que é introduzida no colo do útero. Ao soltar o vácuo, a maior parte do conteúdo uterino é aspirado. A ponta da cânula age como cureta — uma espécie de colher — para extrair os restos, que poderiam provocar infecções, hemorragias e outras complicações se permanecessem no útero.

Outro método é a curetagem, com uma colher vazada, sem fundo, que raspa a parede do útero. Neste, depois de dilatado, é introduzida uma pinça, que retira a maior parte do conteúdo. Segundo a médica, no aborto por aspiração há maiores riscos de permanecerem restos do que na curetagem. O maior problema da curetagem é que pode causar perfuração do útero.

Para a gravidez mais avançada, existe a microcesárea — devido ao maior volume do embrião. Ultimamente, surgiu no mercado um medicamento para úlcera, a prostaglandina, que tem efeitos abortivos e está sendo usado por muitas mulheres que não têm condições de pagar uma "minioperação".

Legalização, a eterna polêmica

O Ministério da Saúde está desenvolvendo estudos para lançar, ainda este ano, um amplo programa de planejamento familiar, que incluirá a educação sexual nas escolas de primeiro e segundo graus, assistência pré-natal, orientações às mulheres e cuidados com a criança. Serão colocados à disposição da população pílulas anticoncepcionais, diafragmas, dispositivos intra-uterinos (DIUs), camisinhas, informações sobre os métodos naturais e até ligadura de trompas.

A Coordenadora da Divisão Nacional de Saúde Materno-Infantil do Ministério, Deise Kusztra, acredita que com este programa o número de abortos será reduzido. E acha que o Governo deve analisar a questão do exclusivismo sob o ponto de vista fisiológico.

— E preciso pensar em saúde sem ideologia — diz a Coordenadora.

O fato de a questão do planejamento familiar ter sido incluída no Proje-

to de Constituição é considerado por Deise uma vitória importante para o setor de saúde — o parágrafo 6º do artigo 263 estabelece que o planejamento depende da livre decisão do casal, "competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício deste direito".

— Sou favorável à legalização. Mas entendo que isso não pode ser visto como solução para reduzir o número de abortos — afirma.

A voz mais poderosa na luta contra a legalização do aborto é a da Igreja. Segundo o Presidente da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, esta é uma questão de consciência ética.

— As mulheres que fazem aborto são levadas a ele por sua própria consciência. Cabe ao povo brasileiro rever suas posturas éticas.

Já o Assessor para Assuntos de Planejamento Familiar da CNBB, padre Pierre Primeau, diz que "abortar é matar um indefeso, e ninguém pode atentar contra a vida de terceiros,

porque a vida é um dom de Deus".

Apesar de justificar o atentado à vida em alguns casos — como nas guerras —, padre Pierre diz que a Igreja não aceita o aborto nem mesmo em caso de estupro.

— A mãe não é obrigada a criar a criança, que pode ser entregue ao Estado, mas deve levar a gestação até o fim — prega.

D. Luciano critica a falta de fiscalização dos órgãos de saúde às clínicas clandestinas e defende que a futura Constituição deixe claro o direito à vida desde a concepção.

— Nenhuma lei acaba com o aborto. Precisamos acabar com a hipocrisia que envolve este assunto, lutando por uma legislação que viabilize o acesso das mulheres ao controle de seu próprio corpo de uma forma digna e com o amparo do Estado — contesta a Coordenadora de Saúde do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Madalena Brandão de Almeida.

O teólogo e escritor Frei Betto

também é contrário à posição da Igreja.

— Se os homens parassem nesta sociedade machista o aborto seria considerado um sacramento. A descriminalização do aborto, nas atuais circunstâncias de nossa sociedade, talvez seja um mal menor, enquanto todos não trabalharmos por uma sociedade na qual o aborto já não seja necessário — ressalta o frade dominicano.

O Coordenador do Centro de Atenção à Mulher do Instituto Materno-Infantil de Pernambuco, Luiz Carlos dos Santos, vai além.

— Para o Governo, a discussão sobre o aborto não existe e a sua utilização como método de controle da natalidade decorre da fragilidade do sistema de saúde no País. O Governo paga a conta porque a maioria dos abortos acaba nos hospitais do Inamps. O debate sobre esta questão deveria ser amplo. Deveria ser feito um plebiscito para que a população definisse sua legalização ou não.

No começo, um 'curioso'. No fim, um leito de hospital

Poucas mulheres confessam que fizeram abortos. E quando admitem, pedem que não sejam identificadas ou dão nomes falsos, como aconteceu na maioria das entrevistas desta reportagem.

O aborto, afinal, ainda é crime no Brasil. E por falta de condições para fazer uma cirurgia em hospital com recursos — já que o INPS não faz —, a maioria é maltratada quando recorre a "curiosos", quase sempre terminando a aventura nos pronto-socorros dos hospitais públicos. O aborto bem-feito, como se sabe, só é possível nas clínicas de luxo. Portanto, não é por acaso que a experiência quase sempre se transforma numa história de medos e de culpas, que as mulheres fazem tudo para esquecer.

D. Neuma, de 65 anos — uma das mais conhecidas moradoras do Morro da Mangueira, no Rio —, que já se submeteu a seis abortos nos anos 50, é uma das raras mulheres que falam no assunto com tranquilidade. Ela teve quatro filhos e optou pelo aborto por falta de condições para sustentar outras crianças. Após as "minioperações" — sempre realizadas por "curiosos" —, acabava com hemorragias, sendo obrigada a procurar socorro nos hospitais.

— Felizmente, nenhuma das minhas filhas ou netas precisou abortar, porque todas conhecem os anti-

concepcionais — afirma.

Já Maria do Carmo, de 18 anos, ficou internada quatro dias num hospital pernambucano, com forte hemorragia, resultante de uma sonda que uma "curiosa" introduziu em seu útero, para interromper os quatro meses de sua gravidez. Ela conta que não conhecia os anticoncepcionais e já havia tentado "chá, injeções, comprimidos e até pomada, mas nada deu jeito".

— Se eu soubesse dos riscos, não teria feito o aborto. Mas eu não queria ter o filho, pois não poderia criá-lo — explica.

Difícil é encontrar alguém como Luciana, de 30 anos, dois filhos, que admite não ter ficado deprimida com o aborto que fez, em 1982, numa clínica de Botafogo, no Rio. Luciana foi muito bem tratada.

— Uma enfermeira falou sobre os medicamentos a serem tomados e recomendou abstinência sexual de uma semana. Um médico me chamou pelo nome, pedindo que eu ficasse tranquila, e garantiu que eu nada sentiria. Dormi antes que a seringa da anestesia fosse retirada do meu pulso. Depois de tudo, acordei em outra sala. Estava meio tonta, mas tomei um café, lanchei e fui para casa — conta ela, com muita calma.



Traumatizadas, muitas mulheres que fizeram aborto não se identificam

Médico alerta para os altos riscos que mulheres correm

O aborto traz riscos imediatos à saúde, entre eles a hemorragia e choques causados pela anestesia. O Chefe da Divisão Médica da Maternidade da Praça Quinze, no Rio, José Galhardo, adverte que, em um aborto feito após 12 semanas de gestação, aumentam os perigos de infecções, perfurações no útero e na trompa, lesões no fígado que chegam a atingir alças intestinais e peritonites (inflamação do peritônio, membrana serosa que reveste interiormente o abdome).

Segundo o Presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana, sediada em São Paulo, Nilson Donadio, a probabilidade de as mulheres que se submetem ao aborto sofrerem seqüelas chega a 15 por cento. Ele denuncia que um grande percentual de brasileiras recorre a um aborteiro mesmo sem estar grávida.

Donadio explica que um pequeno atraso menstrual leva muitas mulheres a procurarem uma "curiosa" — que coloca sondas ou outros aparelhos abortivos dentro do útero — ou mesmo médicos, que fazem a raspagem uterina sem se preocuparem em verificar se realmente há gravidez.

— Eles fazem um simulacro de aborto, pois o que interessa é apenas o dinheiro — acrescenta Donadio. Dois por cento de todas as internações de segurados do Inamps em

1980 foram provocados por problemas decorrentes de aborto malfeito, revela o documento "Seqüelas do aborto", elaborado em 1982 pela economista Hildete Pereira de Melo, com patrocínio da Fundação Carlos Chagas e do próprio Instituto.

Em junho deste ano, a Maternidade Odete Valadares, da rede pública de Belo Horizonte, internou 702 mulheres, 115 das quais por causa de infecções provocadas por abortos malfeitos. No entanto, apenas um caso de abortamento foi registrado na Polícia nos sete primeiros meses de 1988.

Todos os delegados consultados na Capital mineira afirmaram conhecer clínicas e médicos aborteiros, mas disseram não estar dispostos a enfrentar o que consideram uma máfia.

No início de julho, no Rio, três clínicas do médico Bruno Gomes da Silva, em Cordovil, Irajá e Madureira, foram fechadas pela Vigilância Sanitária por prática de aborto.

Nas Varas criminais do Rio, a economista Hildete de Melo encontrou, até 1980, 56 processos por aborto — todos parados. Um deles era de 1955, prescrito sem julgamento. Ela calcula que os abortos geram, só no Rio de Janeiro, uma renda anual de US\$ 100 milhões (cerca de CZ\$ 250 bilhões).



D. Neuma, com filhos e netos: seis abortos nos anos 50, por necessidade

Índice de esterilização assusta

A esterilização é o método anticoncepcional mais utilizado pelas brasileiras, o que contribui para a redução de nascimentos que se acentua desde a segunda metade dos anos 70 (de 1980 a 1984 a taxa de natalidade caiu 19 por cento). A informação está no sexto "Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil", estudo recente feito em convênio pelo IBGE e pela Unicef. Segundo a pesquisa com cerca de 32 mil mulheres em todo o Brasil, entre 15 e 49 anos, 69 por cento delas recorrem a algum método anticoncepcional.

O Estado que lidera as esterilizações entre as mulheres casadas é Goiás, com 70,6 por cento. Pernambuco vem logo depois, com 60,2 por cento. O Rio de Janeiro (45,3 por cento), Paraná (40,2 por cento) e São Paulo (37,3 por cento) vêm depois.

— Esta política de esterilização é

inadmissível. É um processo radical ao qual as mulheres têm sido submetidas sem as devidas informações e com a conivência da maioria dos médicos — critica o Presidente da CNBB e Arcebispo de Mariana (MG), Dom Luciano Mendes de Almeida.

Para a Coordenadora de Saúde do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Madalena Brandão de Almeida, o Estado é o principal culpado pelo alto índice de esterilização:

— As autoridades fecham os olhos para a questão da esterilização.

A legislação só permite a laqueadura com a indicação de uma junta médica.

— Mas isto nunca acontece — afirma Orlando Maranhão, Secretário de Avaliação de Saúde do Inamps. Ele diz que a esterilização é uma operação corriqueira nos hospitais do Instituto.

